



AVALIAÇÃO, PROGRESSÃO CONTINUADA E HISTÓRICO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Marieli Pereira Doná¹

RESUMO

Os processos avaliativos, a progressão continuada e as estratégias de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental se configuram como elementos altamente imbricados e interrelacionados que se convergem no contexto educativo. Diante desse movimento, o presente estudo tem como objetivo descrever o processo de implementação da progressão continuada bem como a sua influência no desenvolvimento dos alunos em processo de alfabetização. Nosso foco, é compreender se esta regulação tem se mostrado efetiva no que diz respeito ao desempenho positivo das crianças em idade escolar, que frequentam turmas no ensino fundamental no ciclo de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização; Avaliação; Progressão Continuada; Escola Pública.

RESUMEN

Los procesos de evaluación, la progresión continua y las estrategias de alfabetización en los primeros años de la escuela primaria son elementos altamente entrelazados e interrelacionados que convergen en el contexto educativo. En vista de este movimiento, el presente estudio tiene como objetivo describir el proceso de implementación de la progresión continua, así como su influencia en el desarrollo de los estudiantes en el proceso de alfabetización. Nuestro objetivo es comprender si esta regulación ha sido efectiva con respecto al desempeño positivo de los niños en edad escolar, que asisten a clases de enseñanza basadas en el ciclo de alfabetización.

Palabras clave: Alfabetización; Evaluación; Progresión continua; Escuela pública.

ABSTRACT

The evaluation processes, the continued progression and literacy strategies in the early years of elementary school are highly intertwined and interrelated elements that converge in the educational context. In view of this movement, the present study aims to describe the process of implementation of continued progression as well as its influence on the development of students in the literacy process. Our focus is to understand whether this regulation has been effective with regard to the positive performance of school-age children, who attend classes in teaching based on the literacy cycle.

Keywords: Literacy; Evaluation; Continued Progression; Public school.

¹ Graduada em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Graduanda em Artes pelo Centro universitário UNIFACTVEST; Pós-graduada em Alfabetização e letramento pela EAD PLENO São Luís; Pós graduanda em Ensino Lúdico pela instituição de ensino EAD PLENO São Luís; Professora da rede municipal de ensino de Pinhal Grande - RS.



INTRODUÇÃO

A progressão continuada é vista por alguns educadores e estudiosos como uma proposta de ensino relevante para a educação dos brasileiros, porém, é possível verificar que em algumas redes de ensino, mais especificamente, nas redes municipais e estaduais tal prática torna-se distorcidas, sendo este o objetivo do trabalho analisar por quais fatores em algumas instituições de ensino a prática ocorre com êxito e em outras isso não acontece com frequência. Assim, este estudo apresenta as análises e considerações a respeito da progressão continuada, considerando a orientação do Ministério da Educação quanto a não retenção das crianças no primeiro ciclo do ensino fundamental.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 instituiu, no ano de 1996, a reestruturação do sistema educacional do ensino fundamental no Brasil, propondo uma reformulação na prática avaliativa escolar e uma adequação para o regime de ciclos e de progressão continuada nas escolas públicas, ao substituir a aprovação e reprovação, que valoriza a nota como indicador de aprendizagem. Desta forma, é preciso entender a relevância desta lei que foi aprovada em fins sociais e pessoal.

Ao pensar essa temática, buscamos realizar uma pesquisa no site do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), para buscar trabalhos afins, cujos descritores escolhidos foram: progressão continuada e ensino fundamental de nove anos. Além disso, a seleção dos trabalhos foi de acordo com os seguintes critérios: estar diretamente relacionado com os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, ter sido publicado entre os anos de 2016 e 2017. Contudo, foram encontrados quatro trabalhos dentro desses critérios.

Com relação ao descritor “Progressão continuada”, o primeiro trabalho encontrado de acordo com o tema que estamos trabalhando foi escrito no ano de 2016, é uma dissertação de pós graduação em educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), com autoria de Yonara Albuquerque Camurça, esse estudo objetivou compreender a visão dos professores em relação à prática avaliativa proposta no regime de progressão continuada; relacionar as práticas docentes ao que está previsto na legislação; identificar as alterações trazidas



pelo regime de progressão continuada para o trabalho pedagógico no ensino fundamental Ciclo II. A partir dessa pesquisa, mostrou a forte presença da cultura no processo avaliativo, visto que os modos de pensar e agir, tanto de professores quanto de alunos, ainda se encontram enraizados na antiga prática de avaliar, dificultando que o regime de progressão continuada desempenhe a função que visa - à melhoria da qualidade do ensino.

Já o segundo trabalho vem a ser uma tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo com autoria de Caio Augusto Carvalho Alves, no ano de 2016 ele procurou a partir de sua tese fazer um levantamento do ano de 1980 até 2010, pela qual pesquisou as escolas de rede pública de São Paulo e seus docentes, questionando como os docentes reagiram com a modificação de políticas e de que maneira eles passaram a organizar o seu trabalho em meio a medidas relativamente novas, como é o caso da organização dos ciclos, da implementação do ensino fundamental de nove anos e da progressão continuada.

Ao considerar o descritor “ensino fundamental de nove anos”, ao realizarmos a busca no site, foram encontrados apenas estes três trabalhos que coincidem com os critérios neste trabalho de conclusão de curso.

O primeiro trabalho encontrado, foi escrito no ano de 2016 como o tema: “Quantidade e qualidade no ensino fundamental de 9 anos e uma escola municipal de São Paulo” como uma tese de doutorado de Clóvis Edmar Paulino, que discute a alteração do ensino que foi de oito anos para nove anos porém indo mais para o lado democrático da implementação da lei que exige que isto, pelo fato de que a lei aprovada não passou por um processo de democratização, questionando em sua tese de doutorado relações de qualidade e quantidade.

Ainda relacionando, encontramos o dissertação de mestrado de Josiane Benedito Vilarino, publicada também no ano de 2016 pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul, cujo o título da autora é: “O ensino fundamental de nove anos : as concepções das professoras a respeito dos três primeiros anos para o processo de aquisição da leitura e da escrita” e que tem como objetivo principal, compreender como as professoras concebem os três primeiros anos do ensino fundamental para o processo da aquisição da leitura e da escrita e conclui que o processo se dá através da perspectiva de se alfabetizar letrando.



Logo, o trabalho “ A implementação do ensino fundamental de nove anos na rede municipal de ensino de São Paulo” este trabalho foi defendido por Rosangela Aparecida dos Reis Machado em sua tese, no estado de São Paulo com o como objetivo compreender os processos de implementação do Ensino Fundamental de Nove anos na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, assim, a autora concluiu que a implementação do Ensino Fundamental de Nove anos na Rede Municipal de Ensino de São Paulo apresenta inúmeros desafios, entre eles, consolidar seu modelo de pedagogia da infância, construir um novo currículo, concretizar seu programa nas unidades educacionais com formação docente e realizar a adequação de espaços e tempos.

Ao realizar a pesquisa, diante destes dois descritores norteadores, foram encontrados estes trabalhos que apresentam temáticas aproximadas com a pesquisa que estamos realizando. O que nos possibilita a intuir que a temática que será abordada nesse estudo tem sua relevância por se tratar de um assunto que está presente nas escolas e, também, ainda ter aspectos a serem estudados no contexto proposto.

Diante disso, este estudo objetiva descrever o processo de implementação da progressão continuada bem como a sua influência no desenvolvimento dos alunos em processo de alfabetização. Para tanto, irá detalhar seções como: *Avaliação Ensino Fundamental de Nove Anos; Progressão Continuada; Histórico do Processo de Alfabetização no Brasil e Considerações Finais.*

AVALIAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

A avaliação tem ocupado um lugar central no conjunto de preocupações dos professores no cotidiano das escolas brasileiras. Isso porque é através dela que conseguimos analisar diferentes aspectos educacionais, em diversos âmbitos: currículo, planejamento, ensino e aprendizagem.

A Lei nº 11. 114, de 16 de maio de 2005 tem objetivo de tornar obrigatória a frequência de crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental seguido da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 que tem o objetivo de ampliar este período para nove anos de duração, fazendo com que as crianças ingressem mais cedo para a escola, conforme estabelecido pelo respectivo sistema de



ensino, a idade de ingresso das crianças atualmente é de seis anos de idade completos ou a completar até o início do ano letivo.

Os sistemas, profissionais e pais envolvidos com a educação de crianças devem compreender que cada criança tem seu tempo, algumas vezes existem comparações de crianças na mesma faixa etária, assim, é necessário compreender que a alfabetização de algumas crianças pode requerer mais de 200 dias letivos e que é importante acontecer junto com a aprendizagem de outras áreas de conhecimento.

O Ensino Fundamental de nove anos ampliou o tempo dos anos iniciais, de quatro para cinco anos, para dar à criança um período mais longo para as aprendizagens próprias desta fase, inclusive da alfabetização. A Lei nº 11.274/06 manteve a obrigatoriedade da matrícula no ensino fundamental aos seis anos de idade e tornou obrigatória a duração de nove anos para este nível de ensino.

A avaliação no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos, faz-se necessário de alguns critérios: Ter como princípio que a escola se comprometa em assegurar aos seus alunos um ensino de qualidade para todos; adotar a avaliação como princípio principal processual, diagnóstica, participativa, formativa e redimensionada da ação pedagógica; elaborar estratégias de observação, de registro e de reflexão constante do processo de ensino-aprendizagem; deixar a prática tradicional de avaliação, que por sua vez é limitada a resultados finais correspondentes a notas ou conceitos e romper com o caráter meramente classificatório e de verificação dos saberes.

Para realizar uma determinada avaliação é importante pensarmos: Por que e para quê avaliar? Para quem? Onde? Quando? O quê? Como? Com quem? Quais os resultados das ações empreendidas? É importante considerar que a avaliação visa gerar informações para que professores e alunos possam refletir e criar estratégias de superação dos seus limites e ampliar suas possibilidades, e não utilizar a avaliação como meio de reprovação, desestímulo. Nesta Perspectiva, Segundo Silva (2003):

[...] considerar as potencialidades e permitir uma abertura para novas capacidades requer mudança de postura do professor, que irá investir mais nos alunos. Isso repercutirá no modo como concebe a avaliação, que auxiliará no diagnóstico, no acompanhamento e em novas propostas para o desenvolvimento dos alunos, diversificando as



estratégias utilizadas para melhorar a aprendizagem. No paradigma educacional centrado nas aprendizagens signifi- unidade 01 21 Na unidade 2, as questões relativas ao planejamento realizado com base na avaliação serão aprofundadas. No Portal do Professor alfabetizador, há propostas de instrumentos de avaliação da leitura e da escrita para cada ano do ciclo de alfabetização. cativas, a avaliação é concebida como processo/instrumento de coleta de informações, sistematização e interpretação das informações, julgamento de valor do objeto avaliativo através das informações tratadas e decifradas, e por fim, tomada de decisão (como intervir para promover o desenvolvimento das aprendizagens significativas) (SILVA, 2003, p.12-13).

O primeiro ano do ensino fundamental de nove anos constitui uma possibilidade para qualificar o ensino e a aprendizagem dos conteúdos da alfabetização e do letramento. Porém, o ensino não é de exclusivo a alfabetização. Assim, é considerável que o trabalho pedagógico assegure as diferentes formas de expressões e áreas do conhecimento.

PROGRESSÃO CONTINUADA

Inicialmente a progressão continuada foi apresentada no estado do Rio Grande do sul com o intuito de ajudar a amenizar os índices de repetência e evasão escolar, pois a evasão escolar era considerada um dos principais motivos para que os alunos deixassem de estudar. Deste modo a progressão continuada sugere a não retenção dos alunos, e este é um fator que deixa as pessoas confusas e relação a progressão continuada.

Segundo a LDBEN - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996:

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O Art. 32. Refere-se ao ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão. § 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 1996).

A progressão continuada propõe inúmeros questionamentos uma vez que propõe uma metodologia que foge do método tradicional. Segundo Oliveira (1998), a presença da progressão continuada leva os docentes a reavaliarem



suas concepções sobre os objetivos do ensino e da aprendizagem de cada aluno. Segundo a autora:

[...] a progressão continuada não se alia de forma alguma com possível rebaixamento do ensino, antes envolve pensar em diversas formas de prover aprendizagens essenciais, com o domínio de habilidades e atitudes de busca de novas informações e conhecimentos de cooperação etc; através de um projeto consistente de um trabalho pedagógico elaborado e desenvolvido em equipe [...] (OLIVEIRA, 1998, p. 8).

Portanto, a citação de Oliveira (1998, p. 8) nos aponta a necessidade de a escola estar organizada de forma que promova mecanismos que levem os alunos a ultrapassar suas barreiras vencendo suas dificuldades.

Cabe citar, segundo Aranha (1996), que a Pedagogia Crítico Social dos conteúdos, ou, como também é conhecida a Pedagogia Histórica Crítica, busca “Construir uma teoria pedagógica a partir da compreensão da nossa realidade histórica e social, a fim de tornar possível o papel mediador da educação no processo de transformação social. Não que a educação possa por si só produzir a democratização da sociedade, mas a mudança se faz de forma mediatizada, ou seja, por meio da transformação das consciências” (ARANHA, 1996, p. 2016).

A difusão de conteúdos é a tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade. Se o que define a pedagogia crítica é a consciência de seus condicionantes históricos sociais, a função da pedagogia ‘dos conteúdos’ é dar passo à frente no papel transformador da escola, mas a partir das condições existentes (LIBÂNEO, 1994, p. 69).

Portanto, a escola dentro das suas especialidades, e levando em consideração os conteúdos da Base Comum Curricular, também privilegia a realidade onde a escola está inserida, reconhecendo os conhecimentos prévios dos alunos a partir de suas experiências de vida.



HISTÓRICO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Buscaremos conhecer o processo de alfabetização no Brasil, mais precisamente sobre o ensino das primeiras letras, este histórico é recente no Brasil, pois antigamente o histórico era dado a partir de estatísticas que tratavam dos índices de analfabetos do país. As pesquisas que abordam, historicamente, a alfabetização no Brasil teve início na década de 1990, mas seu aumento quantitativo e qualitativo se deu a partir do ano 2000, década em que o tema parece ter ganhado maior visibilidade e autonomia.

No estudo realizado por Maciel (2008), que refere-se “História da alfabetização: perspectivas de análises”, é possível verificar fatores importantes sobre esta temática, a autora demonstra através de sua pesquisa que a história da alfabetização tem sua especificidade, e é além disso, um campo interdisciplinar que não se delimita apenas na análise diacrônica dos métodos de alfabetização, mas também no repertório das cartilhas didáticas, nas políticas de alfabetização de massa, na relação direta de alfabetização e escolarização, alfabetização e desenvolvimento econômico. Segundo Maciel (2008):

As últimas décadas do século XX marcaram um crescimento bibliográfico e acadêmico na área da alfabetização. Até meados da década de 1980, estudo e pesquisas sobre essa temática, voltavam-se quase exclusivamente para os aspectos psicológicos e pedagógicos, ou seja, quase exclusivamente para os processos por meio dos quais o indivíduo aprende a ler e escrever, os aspectos fisiológicos e neurológicos, os pré-requisitos para a alfabetização e para os métodos de alfabetização (MACIEL, 2008, p. 229).

Segundo Jeffrey (2012 p. 01), “A aprovação da Constituição de 1988 foi fundamental para a conquista do direito à educação. A ideia principal era a de criar oportunidades para que todos pudessem ter garantido o direito ao acesso e permanência na escola. Em 1996, esse direito foi reafirmado com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).”

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabeleceu dois níveis de ensino, a saber, a educação básica e a educação superior. Definido no artigo 21 da lei, o conceito de educação básica congregou,



articuladamente, as três etapas da educação nacional: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Ao que se refere ao aspecto histórico da alfabetização no Brasil e o ensino das primeiras letras, foi um processo que teve início no período colonial, porém neste período, o direito a educação era determinado apenas para às classes dominantes de forma assistemática. Deste modo, os Jesuítas dominaram o sistema educacional da colônia e criaram um grande número de escolas das primeiras letras que eram destinadas a catequização dos índios e filhos de colonos inicialmente. Após isso, essa preocupação à alfabetização é destinada ao interesse da companhia em formar as elites dominantes.

No século XIX, a partir da tentativa de universalizar o ensino e do processo de descentralização da educação, o processo de alfabetização passou a ter um ensino sistemático através de diversos métodos de alfabetização analíticos e sintéticos, e de cartilhas, que foram sendo modificadas ao longo do tempo.

No final do século XX, com o construtivismo há uma negação dos métodos tradicionais e a desmetodização do processo de alfabetização, gerando discussões teórico metodológicas até os dias atuais. Porém, ainda existe muita demanda sobre dificuldades de aprendizados da leitura e da escrita nas classes de alfabetização, e como afirma Mortatti (2006), principalmente nas escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das percepções elencadas no presente estudo bibliográfico, enfatizamos que há uma necessidade de conhecermos a história da alfabetização no país e verificarmos os avanços científicos que podem auxiliar para uma alfabetização de qualidade. Isso tupo impacta diretamente na qualidade das avaliações e nos processos de progressão continuada comumente adotados nas escolas públicas do país.

Nota-se, nessa mesma linha, que vemos atualmente em nosso país uma tentativa de repensar a prática pedagógica do professor alfabetizador, através de políticas de formação de professores, baseadas em metodologias que possam auxiliar na melhoria da alfabetização em nosso país.



Portanto, é necessário revisitarmos as nossas práticas e buscarmos avanços teóricos metodológicos através do processo formativo e reflexivo para que as crianças tenham o direito de aprender a ler e a escrever com autonomia, seja qual for a sua classe social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.L. História da educação. 2º ed. **Rev. E atual.** São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Lei nº 11.274** de 06 de dezembro de 2011. Estabelece normas para a elaboração do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria – RS.

JEFFREY, Débora, C. Uma proposta, várias interpretações. **Jornal da Unicamp.** Edição nº 543 Campinas, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: **A pedagogia crítico social dos conteúdos.** 20.ed. São Paulo: Ed. Brasília, 2002.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ens-fund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em 09-07-2018.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Avaliação da aprendizagem e progressão continuada:** Bases para a construção de uma nova escola, 1998, p.06-07.

PAULINO, Clóvis Edmar. **Quantidade e qualidade no ensino fundamental de 9 anos e uma escola municipal de São Paulo.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15022017-142331/>. Acesso em: 18-06-18.

SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora.** In: SILVA, Janssen Felipe da.; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Tereza. (Org). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre : Mediação, 2003.